

Entre sobreviver e habitar: subjetividade e pertencimento em cidades-dormitório — reflexões psicológicas sobre exclusão, território e processos de subjetivação

Between Surviving and Inhabiting: Subjectivity and Belonging in Dormitory Cities — Psychological Reflections on Exclusion, Territory, and Processes of Subjectivation

Entre sobrevivir y habitar: subjetividad y pertenencia en ciudades dormitorio — reflexiones psicológicas sobre exclusión, territorio y procesos de subjetivación

 **Maricel da Silva Espina**

Especialista em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Psicóloga e arteterapeuta. Pesquisadora independente desenvolve estudos nas áreas de Psicologia Social,
Saúde do Trabalhador, Políticas Públicas, Subjetividade, Território e Processos de Cuidado.

E-mail: maricel.psico@gmail.com

RESUMO

Este ensaio teórico, desenvolvido como análise conceitual crítica, discute os efeitos subjetivos de viver em cidades-dormitório, tomando como eixo a tensão entre sobreviver e habitar. Analisa-se como formas de urbanização que organizam determinados territórios como lugares de retorno e reprodução da força de trabalho fragilizam o vínculo entre sujeito e espaço, produzindo experiências de desenraizamento, não pertencimento e apagamento simbólico. Articulando contribuições da Psicologia Ambiental, da Psicologia Analítica, da Ecopsicologia e da Psicologia Social Crítica, o texto compreende o habitar como experiência relacional, simbólica e ético-política, atravessada por desigualdades raciais, de gênero e de classe. A partir dessa articulação teórica, são propostos dois operadores analíticos: o Paradoxo do Habitar, que nomeia a condição de possuir um lugar para morar sem conseguir constituí-lo como território existencial, e a Subjetivação Resistente, que descreve microgestos de vínculo, cuidado e enraizamento produzidos em contextos marcados pela exclusão. Argumenta-se que, embora tais formas de resistência sustentem modos possíveis de existir, seus alcances são limitados e não substituem a responsabilidade coletiva pela construção de territórios capazes de acolher, reconhecer e permitir o pertencimento. Ao recolocar o sujeito no centro da reflexão sobre as cidades-dormitório, o ensaio afirma o pertencimento como dimensão fundamental da existência humana, indicando que as desigualdades inscritas no território reverberam como feridas simbólicas, ainda que persistam frestas cotidianas de habitar.

Palavras-chave: Cidades-dormitório; Pertencimento; Território; Psicologia ambiental; Processos de subjetivação.

ABSTRACT

This theoretical essay, developed as a critical conceptual analysis, discusses the subjective effects of living in dormitory cities, taking the tension between surviving and inhabiting as its central axis. It examines how forms of urbanization that organize certain territories as places of return and reproduction of the labor force weaken the bond between subject and space, producing experiences of uprooting, non-belonging, and symbolic erasure. By articulating contributions from Environmental Psychology, Analytical Psychology, Ecopsychology, and Critical Social Psychology, the text understands inhabiting as a relational, symbolic, and ethical-political experience, crossed by racial, gender, and class inequalities. Based on this theoretical articulation, two analytical operators are proposed: the Paradox of Inhabiting, which names the condition of having a place to live without being able to constitute it as an existential territory, and Resistant Subjectivation, which describes micro-gestures of bonding, care, and rootedness produced in contexts marked by exclusion. It is argued that, although such forms of resistance sustain possible ways of existing, their scope is limited and does not replace the collective responsibility for building territories capable of welcoming, recognizing, and enabling belonging. By placing the subject at the center of the reflection on dormitory cities, the essay affirms belonging as a fundamental dimension of human existence, indicating that inequalities inscribed in the territory reverberate as symbolic wounds, even as everyday cracks for inhabiting persist.

Keywords: Dormitory cities; Belonging; Territory; Environmental psychology; Processes of subjectivation.

RESUMEN

Este ensayo teórico, desarrollado como análisis conceptual crítico, discute los efectos subjetivos de vivir en ciudades dormitorio, tomando como eje la tensión entre sobrevivir y habitar. Se analiza cómo las formas de urbanización que organizan ciertos territorios como lugares de retorno y de reproducción de la fuerza de trabajo debilitan el vínculo entre sujeto y espacio, produciendo experiencias de desarraigo, no pertenencia y borramiento simbólico. Articulando aportes de la Psicología Ambiental, la Psicología Analítica, la Ecopsicología y la Psicología Social Crítica, el texto comprende el habitar como una experiencia relacional, simbólica y ético-política, atravesada por desigualdades raciales, de género y de clase. A partir de esta articulación teórica, se proponen dos operadores analíticos: la Paradoja de Habitar, que nombra la condición de poseer un lugar para vivir sin lograr constituirlo como territorio existencial, y la Subjetivación Resistente, que describe microgestos de vínculo, cuidado y enraizamiento producidos en contextos marcados por la exclusión. Se argumenta que, aunque dichas formas de resistencia sostienen modos posibles de existir, su alcance es limitado y no reemplaza la responsabilidad colectiva de construir territorios capaces de acoger, reconocer y posibilitar la pertenencia. Al recolocar al sujeto en el centro de la reflexión sobre las ciudades dormitorio, el ensayo afirma la pertenencia como dimensión fundamental de la existencia humana, indicando que las desigualdades inscritas en el territorio reverberan como heridas simbólicas, aun cuando persisten fisuras cotidianas para habitar.

Palabras clave: Ciudades dormitorio; Pertenencia; Territorio; Psicología ambiental; Procesos de subjetivación.

Introdução

As cidades-dormitório constituem territórios onde a vida acontece à margem do olhar público: espaços que abrigam milhares de vidas, mas cuja presença parece dissolver-se na rotina de deslocamentos e na precariedade de infraestrutura, cultura e cuidado. Nesses municípios periféricos, que orbitam centros urbanos maiores e existem sobretudo como lugares de passagem, a experiência cotidiana é marcada por longas jornadas, retornos silenciosos e uma relação frágil com o próprio território. É nesse contexto que emerge a pergunta que orienta este estudo: é possível habitar — como território existencial — uma cidade concebida apenas para dormir?

Retornar para casa, nesses cenários, não implica necessariamente viver nela. Muitas vezes, significa apenas encontrar um lugar para repousar o corpo exausto, sem tempo, condições ou mesmo direito de cuidar do espaço que se ocupa. Ruas sem iluminação, calçadas irregulares, praças degradadas, ausência de saneamento e de oferta

cultural tornam-se paisagem habitual — não por naturalização, mas pela urgência que organiza a vida. Para muitos trabalhadores, a cidade-dormitório não se apresenta como lugar de pertencimento: não se participa das decisões locais, não se reivindicam direitos, não se reconhece o território como “seu”. Assim como o morador se percebe invisibilizado diante da sociedade, também a cidade que habita deixa de ocupar um lugar significativo em sua experiência cotidiana.

Esse apagamento, no entanto, não é apenas espacial ou administrativo: ele é também psíquico. O sujeito que vive nesses territórios frequentemente se percebe apenas como força de trabalho — alguém que parte cedo, retorna tarde, atravessa espaços que pouco o reconhecem e nos quais tampouco pode se reconhecer. Essa experiência é agravada pelas intersecções entre raça, gênero e classe, produzindo sobrecargas específicas e intensificando a ferida subjetiva. Surge, então, uma tensão central para a Psicologia: quais são os efeitos de viver em territórios onde a cidade não se constitui como lugar simbólico, mas apenas como função? O objetivo deste artigo é explorar essa tensão por meio de um Ensaio Teórico de Análise Conceitual Crítica. Busca-se analisar como as cidades-dormitório moldam experiências de pertencimento e não-pertencimento, afetando modos de existir, de se vincular e de produzir sentido. Trata-se de uma investigação fundamentada na análise crítica de referenciais teóricos selecionados por sua relevância conceitual para a compreensão das relações entre território, subjetividade e exclusão, sem recorrer à coleta de dados empíricos. Para tanto, o artigo propõe os conceitos de Paradoxo do Habitar e Subjetivação Resistente como operadores analíticos para compreender os efeitos subjetivos da vida em cidades-dormitório. O primeiro refere-se à condição em que o sujeito possui um lugar para morar, mas encontra dificuldades para constituí-lo como território existencial; o segundo designa os movimentos cotidianos pelos quais vínculos, sentidos e formas de pertencimento são produzidos mesmo em contextos marcados pela exclusão.

O estudo articula contribuições da Psicologia Ambiental, da Ecopsicologia, da Psicologia Analítica e da Psicologia Social Crítica. A Psicologia Ambiental e a Ecopsicologia são mobilizadas para compreender o vínculo entre sujeito, ambiente e território, especialmente quando esse vínculo é fragilizado por formas de urbanização que reduzem o espaço vivido à função, ao deslocamento e à sobrevivência. Enquanto a Psicologia Ambiental contribui para pensar o apego ao lugar, as representações espaciais e a experiência do ambiente vivido, a Ecopsicologia amplia essa reflexão ao considerar os efeitos psíquicos da ruptura entre sujeito, natureza, território e mundo sensível. A Psicologia Analítica, por sua vez, permite aprofundar a dimensão simbólica do habitar, sobretudo por meio das imagens de casa interna, enraizamento e continente psíquico. Já a Psicologia Social Crítica oferece o plano ético-político necessário para situar essas experiências nas desigualdades históricas, raciais, econômicas e territoriais que atravessam as cidades-dormitório.

Compreender como o urbano periférico atravessa identidades, vínculos e afetos significa reconhecer que a exclusão não se limita à precariedade material; ela produz também feridas invisíveis na vida psíquica. Ao mesmo tempo, reconhecer que práticas comunitárias florescem nesses territórios permite visibilizar formas cotidianas de resistência que reinventam modos de pertencer. Assim, este estudo propõe deslocar o olhar: se o urbanismo já descreveu amplamente as desigualdades desses territórios, cabe à Psicologia recolocar o sujeito no centro da análise, considerando os efeitos subjetivos de habitar espaços marcados pela ausência de reconhecimento.

Fundamentos metodológicos do ensaio

Este artigo foi desenvolvido como um Ensaio Teórico de Análise Conceitual Crítica. Tal escolha metodológica parte do entendimento de que fenômenos complexos, como pertencimento, invisibilidade urbana e subjetivação, exigem ferramentas capazes de problematizar categorias analíticas, tensionar referenciais teóricos e sustentar leituras que não reduzam a experiência humana a explicações unívocas. O enfoque recai, assim, sobre a produção de sentido e sobre a análise crítica de conceitos, e não sobre a descrição empírica de um território específico.

A construção do ensaio fundamentou-se na seleção de obras consideradas relevantes para a compreensão das relações entre território, exclusão e subjetividade. A análise desenvolveu-se por meio da leitura crítica e da articulação conceitual entre diferentes campos do conhecimento, buscando identificar convergências, tensões e

possibilidades interpretativas capazes de ampliar a compreensão dos efeitos subjetivos produzidos pelas cidades-dormitório. Não foram utilizados dados empíricos, entrevistas, observações sistemáticas ou estudos de caso, tratando-se de uma investigação exclusivamente teórica.

O artigo adota uma abordagem interdisciplinar que articula contribuições da Psicologia Ambiental, da Ecopsicologia, da Psicologia Analítica e da Psicologia Social Crítica. As três primeiras oferecem subsídios para compreender o habitar como experiência relacional, simbólica e subjetiva, enquanto a Psicologia Social Crítica constitui o eixo ético-político da análise, permitindo situar essas experiências nas condições históricas, raciais, econômicas e territoriais que produzem exclusão, sofrimento psicossocial e desigualdade no acesso à cidade. Nessa perspectiva, os diferentes referenciais são articulados de forma complementar, buscando compreender como processos sociais e experiências simbólicas se entrelaçam na constituição das formas de pertencimento e não pertencimento ao território.

A bibliografia foi selecionada por relevância conceitual e densidade teórica, abrangendo autoras e autores que dialogam com a temática urbana, com os processos de subjetivação e com os modos de existência produzidos em contextos periféricos. A articulação desses referenciais possibilitou a construção dos conceitos de Paradoxo do Habitar e Subjetivação Resistente, propostos neste ensaio como operadores analíticos para pensar as relações entre território, pertencimento e sofrimento psicossocial.

As reflexões aqui apresentadas foram atravessadas por experiências prévias de aproximação com território periférico e com uma organização comunitária local, incluindo visitas, contato com práticas coletivas e registros pessoais da autora em forma de manuscritos reflexivos. Tais experiências não constituem *corpus* empírico deste artigo, não foram submetidas a procedimentos sistemáticos de coleta ou análise de dados e não configuram estudo de caso ou relato de experiência. Sua função, neste ensaio, é apenas a de disparador sensível e epistemológico, contribuindo para situar a pergunta teórica na realidade brasileira e para orientar a atenção às formas cotidianas de vínculo, cuidado e pertencimento produzidas em contextos de apagamento urbano.

Fundamentação Teórica: Psicologia, Território e Subjetividade

Cidades-dormitório e produção social do espaço urbano

As cidades-dormitório não podem ser compreendidas apenas como espaços residenciais periféricos ou como consequência espontânea do crescimento urbano. Elas expressam processos históricos de produção desigual do espaço, nos quais moradia, trabalho, infraestrutura, mobilidade, cultura e participação política são distribuídos de forma assimétrica. Como apontam os estudos sobre produção social do espaço urbano e direito à cidade, o espaço urbano não é neutro, mas produzido por relações sociais, econômicas e políticas que definem quem pode acessar, circular, permanecer e participar da cidade (Lefebvre, 2001; Harvey, 2014; Santos, 1996). Nessa configuração, determinados territórios são organizados prioritariamente como lugares de reprodução da força de trabalho, enquanto os centros urbanos concentram oportunidades, serviços, equipamentos públicos e reconhecimento simbólico (Maricato, 2015; Rolnik, 2015; Caldeira, 2000).

A experiência de morar em uma cidade-dormitório, portanto, não se reduz à distância geográfica em relação ao centro, mas envolve uma distância social, política e afetiva em relação à possibilidade de usufruir plenamente da cidade. O deslocamento cotidiano, a precariedade dos equipamentos urbanos e a fragilidade das redes de participação produzem uma relação funcional com o território, na qual o espaço é vivido mais como ponto de retorno do que como lugar de pertencimento.

Nesse sentido, a cidade-dormitório pode ser compreendida como expressão de uma urbanização que separa os lugares de morar, trabalhar, circular e participar. Essa separação produz efeitos concretos sobre o tempo, o corpo e os vínculos sociais, afetando também os modos pelos quais os sujeitos reconhecem a si mesmos e ao território que habitam. É nesse ponto que a reflexão urbana se articula à Psicologia: a produção desigual do espaço não organiza apenas a cidade, mas também modos de subjetivação, pertencimento e exclusão.

Psicologia Ambiental: sujeito e ambiente em interação

A relação entre sujeito e ambiente não é neutra: ela molda percepções, atitudes e modos de viver. Lewin (2024), por meio da Teoria de Campo, já indicava que o comportamento humano emerge do entrelaçamento entre pessoa e meio, como se cada indivíduo fosse atravessado por uma rede de forças invisíveis. Sob outro enfoque, Goffman (2009) mostrou que modificamos nossa forma de estar no mundo conforme o cenário em que nos movemos e as pessoas que nos cercam, evidenciando o quanto o ambiente físico e social participa da construção da identidade.

Nas últimas décadas, Moser (1998) e Moser e Cornu (2016) ampliaram esse olhar ao ressaltar a importância das percepções e representações que os indivíduos elaboram sobre o espaço que habitam. Na mesma direção, Pinheiro (1997) aproximou a Psicologia Ambiental da noção de qualidade de vida, enquanto Telles (2004) sublinhou a dimensão subjetiva presente nas práticas educativas e ambientais. Em comum, esses autores lembram que o espaço vivido não é mero pano de fundo, mas um componente ativo da subjetividade.

Como observa Tuan (1983), o vínculo entre sujeito e lugar não é apenas funcional, mas profundamente afetivo; sem essa dimensão, o espaço deixa de ser “lugar” e converte-se em mero cenário de passagem — uma chave importante para compreender as cidades-dormitório como territórios nos quais a experiência de habitar se encontra constantemente ameaçada.

Psicologia Analítica e Ecopsicologia — a fratura simbólica

A Psicologia Analítica contribui para esta reflexão ao compreender a casa como imagem simbólica do psiquismo, associada a experiências de enraizamento, proteção e identidade. Em Jung (2012), a casa pode ser compreendida como representação da estrutura psíquica, articulando níveis do consciente e do inconsciente e oferecendo uma metáfora para a continuidade do *Self*, entendido aqui, em acepção junguiana, como princípio organizador da totalidade psíquica. Portanto, habitar um lugar não é apenas ocupar fisicamente um território, mas também poder reconhecê-lo como espaço de sustentação simbólica. Quando o ambiente é negligenciado ou concebido sob a lógica da exclusão, fragiliza-se a correspondência entre espaço interno e espaço externo, afetando a sensação de pertencimento e os processos de individuação.

A Ecopsicologia amplia essa discussão ao propor que os vínculos entre psique e mundo não podem ser pensados separadamente das relações com o ambiente, a natureza e o território. Como propõe Roszak (2001), a ruptura entre sujeito e mundo natural expressa também uma crise psíquica e cultural, na medida em que a subjetividade se constitui em relação com os ambientes que habita. No contexto das cidades-dormitório, essa perspectiva permite compreender que a degradação urbana e o empobrecimento dos vínculos com o espaço vivido não afetam apenas as condições materiais da existência, mas também os modos de sentir, pertencer e produzir sentido.

O sujeito nas cidades-dormitório é, assim, fragilizado tanto pela precarização material quanto pela dificuldade de encontrar no território um solo simbólico capaz de sustentar experiências de pertencimento, continuidade e enraizamento.

Quando morar não basta: desenraizamento e sustentação subjetiva

A ruptura entre morar e habitar produz efeitos que não se limitam à organização do cotidiano urbano, mas alcançam a experiência subjetiva do sujeito. Quando o território é vivido predominantemente como ponto de retorno, e não como lugar de permanência, reconhecimento e participação, fragilizam-se as condições simbólicas necessárias para que o espaço possa ser sentido como lugar. A moradia permanece como endereço, mas nem sempre se constitui como território existencial.

Do ponto de vista psicológico, essa experiência afeta os modos pelos quais o sujeito reconhece a si mesmo e se inscreve no mundo. A ausência de vínculos consistentes com o território pode produzir sentimentos de desenraizamento, descontinuidade e menor pertencimento, não como falhas individuais, mas como efeitos de

uma relação fragilizada entre sujeito, ambiente e reconhecimento social. O território externo, quando não oferece sustentação material, afetiva e simbólica, deixa de funcionar como apoio para a construção de continuidade subjetiva.

Assim, quando morar não basta, o sofrimento relacionado ao território não pode ser compreendido apenas como desconforto espacial ou carência material. Trata-se de uma experiência psicossocial que atravessa o corpo, o tempo, os vínculos e os processos de subjetivação. É desse desencontro entre possuir um lugar para morar e encontrar obstáculos para habitá-lo como território de pertencimento que emerge o campo de análise do Paradoxo do Habitar.

Psicologia Social Crítica e interseccionalidade: quem pode habitar?

A Psicologia Social Crítica parte da compreensão de que a subjetividade é inseparável das condições históricas, políticas e econômicas que estruturam a vida social. Nessa perspectiva, Lane (1981) contribui ao compreender o sujeito como constituído nas relações sociais, enquanto Sawaia (1999) permite pensar o sofrimento ético-político como expressão das desigualdades que atravessam corpos, vínculos e projetos de vida. Em contextos marcados pela desigualdade, o sofrimento não pode ser entendido apenas como questão individual, pois se relaciona também a experiências de desvalorização, restrição de oportunidades e limitação de projetos de vida. Em territórios precarizados, como muitas periferias urbanas, essa perspectiva permite compreender que o não-pertencimento não é apenas uma experiência íntima, mas também efeito de processos sociais que condicionam quem pode circular, participar e habitar plenamente a cidade. Nesse horizonte, a cidade-dormitório aparece como um arranjo urbano que concentra trabalho, cansaço e invisibilidade, favorecendo experiências de distanciamento em relação ao território e de menor reconhecimento social.

A interseccionalidade aprofunda essa análise ao evidenciar que raça, gênero e classe não atuam isoladamente, mas se combinam na produção de desigualdades específicas. Nesse sentido, Carneiro (2011) contribui para compreender como racismo, sexismo e desigualdade se articulam na produção de lugares sociais desiguais. Nas cidades-dormitório, mulheres negras, trabalhadores e trabalhadoras precarizados, jovens periféricos e outros grupos historicamente marginalizados vivenciam de forma particularmente intensa as barreiras ao habitar: longas jornadas de deslocamento, violência, ausência de equipamentos públicos, escassez de tempo e insuficiência de reconhecimento social. Nessas condições, o direito à cidade transforma-se também em uma questão de quem pode habitar e em quais condições. A possibilidade de enraizamento, pertencimento e participação não se distribui de maneira igualitária. É nesse cruzamento entre território, exclusão e diferentes formas de desigualdade que se inscreve o Paradoxo do Habitar: a experiência de possuir um lugar para dormir, mas encontrar obstáculos materiais e simbólicos para constituir-lo como território de pertencimento.

Entre sobreviver e habitar: quando o território restringe a subjetividade

Nas cidades-dormitório, a vida se organiza em torno da sobrevivência — e não do habitar. Sobreviver implica cumprir funções básicas, responder a demandas externas, deslocar-se e manter-se; habitar, ao contrário, pressupõe tempo, enraizamento, reconhecimento simbólico e participação comunitária. Quando o território não oferece condições para que o sujeito se inscreva nele de forma significativa, a subjetividade é empurrada para uma lógica adaptativa, funcional e empobrecida. O *Self* fragmenta-se entre o que precisa fazer para existir e o que desejaria construir para pertencer.

A experiência subjetiva, então, reduz-se a um contínuo de urgências: chegar, sair, retornar — sem pausas que permitam a elaboração simbólica, a convivência, a imaginação do futuro ou a construção de um sentido de lugar. Nesse cenário, a cidade-dormitório torna-se não apenas um espaço físico, mas uma forma de subjetivação marcada pela suspensão do pertencimento. É esse desencontro entre possuir um lugar para viver e encontrar obstáculos materiais e simbólicos para habitá-lo como território existencial que aqui se propõe nomear como Paradoxo do Habitar.

O Paradoxo do Habitar

O Paradoxo do Habitar descreve uma condição psicossocial, com efeitos psíquicos e simbólicos, produzida quando o território não pode ser vivido como lugar, embora o sujeito continue necessitando habitá-lo simbolicamente para existir. Trata-se da tensão entre duas forças simultâneas e contraditórias: de um lado, a cidade-dormitório, que restringe vínculos, esvazia sentidos e dificulta o enraizamento; de outro, a necessidade humana de pertencimento, continuidade e reconhecimento, que sustenta os processos de subjetivação.

Nesse paradoxo, morar não coincide com habitar. Há um endereço, mas nem sempre há um território existencial; há paredes, mas nem sempre há um continente simbólico. O espaço físico permanece, mas sua capacidade de sustentar a subjetividade se fragiliza. Esse descompasso atravessa afetos, ritmos de vida e percepções de futuro, exigindo do sujeito e das coletividades um esforço constante de reconstrução de sentido em um território que pouco favorece sua inscrição simbólica.

O Paradoxo do Habitar revela, assim, a fratura entre a necessidade humana de encontrar um lugar onde seja possível enraizar-se e a realidade urbana que, para muitos sujeitos, oferece predominantemente função, deslocamento e sobrevivência. Mais do que uma condição individual, trata-se de uma experiência produzida na interface entre território, desigualdade e subjetividade.

Subjetivação Resistente: microenraizamentos em territórios que expulsam

A Subjetivação Resistente é compreendida, neste ensaio, como um processo de produção de sentidos, vínculos e pertencimento em contextos nos quais o território falha em oferecer reconhecimento, sustentação e condições plenas de habitar. Não se trata de uma capacidade individual de adaptação à precariedade, mas de um modo situado e relacional de produzir existência em meio a forças de apagamento, exclusão e desenraizamento.

Ela se manifesta nas pequenas práticas que insistem em produzir vida mesmo em cenários que sistematicamente a esvaziam: no vínculo de vizinhança que se sustenta no portão ao fim do dia; na rede improvisada de cuidado entre mães que compartilham trajetos e responsabilidades; na ocupação simbólica de espaços mínimos — a calçada, a praça rarefeita, o quintal estreito — que funcionam como ilhas de pertencimento em meio à hostilidade urbana.

Esses gestos, embora cotidianos, operam como microenraizamentos capazes de retomar parcialmente a potência de habitar, produzindo sentido onde o território tende a instaurar apenas função. Não se trata de romantizar estratégias de sobrevivência, mas de reconhecer que, na ausência de um continente urbano que acolha o sujeito, pessoas e coletividades inventam modos de existir que negociam com a precariedade sem se reduzirem a ela. É dessa criatividade cotidiana, muitas vezes invisível às políticas urbanas e às narrativas hegemônicas, que emergem formas de resistência afetiva, simbólica e social.

Como observa Das (2020), formas de vida produzidas em contextos de precariedade frequentemente permanecem invisíveis aos discursos dominantes, embora constituam modos profundos de sustentação da existência. Nessa perspectiva, a Subjetivação Resistente não elimina as desigualdades que atravessam o território, mas revela a capacidade de produzir vínculos, sentidos e pertencimento mesmo em contextos marcados pela exclusão.

Limites da Subjetivação Resistente

Embora a Subjetivação Resistente revele a potência criativa de sujeitos e coletividades diante da precariedade urbana, seus alcances são limitados. Quando o território não oferece suporte material, simbólico ou comunitário de forma minimamente estável, a resistência tende a converter-se em sobrecarga psíquica e social. Nesses contextos, pessoas e grupos passam a sustentar, muitas vezes de forma quase solitária, aquilo que deveria ser garantido coletivamente: acolhimento, segurança, cuidado e possibilidades de enraizamento. Essa autossustentação prolongada pode gerar exaustão emocional, desgaste das redes de apoio e uma sensação

difusa de esgotamento que não decorre de falhas individuais, mas de condições estruturais que mantêm a vida em regimes contínuos de sobrevivência.

Além disso, quando essas estratégias de enfrentamento permanecem pouco visíveis para as políticas públicas e para as narrativas sociais, corre-se o risco de que a resistência seja confundida com uma capacidade inesgotável de suportar o peso das desigualdades. Reconhecer os limites da Subjetivação Resistente é, portanto, fundamental para afirmar que a transformação das condições de vida não pode ser atribuída apenas aos esforços individuais ou comunitários. A resiliência, por si só, não basta: é necessário que o território também acolha, sustente e reconheça o sujeito como alguém digno de habitar plenamente o espaço que ocupa.

Pertencimento como ato psíquico e afirmativo

Em contextos nos quais morar não coincide plenamente com habitar, o pertencimento deixa de ser uma experiência espontânea e passa a constituir um ato psíquico afirmativo. Pertencer, nesses casos, não significa apenas se reconhecer em um lugar, mas produzir uma inscrição simbólica possível em um território que nem sempre oferece reconhecimento, continuidade ou sustentação.

Essa inscrição se constrói por meio de gestos cotidianos que articulam mundo interno, vínculos sociais e território: o cuidado com um pedaço de rua, o vínculo com uma vizinha, a horta improvisada, o olhar compartilhado no ponto de ônibus. Tais marcas não anulam a precariedade, mas funcionam como formas mínimas de presença, pelas quais o sujeito afirma, ainda que silenciosamente: “eu estou aqui”.

Nas cidades-dormitório, portanto, o pertencimento não é apenas efeito das condições territoriais, mas também gesto ativo de elaboração e resistência. Mais do que um sentimento individual, constitui uma ação psicológica, social e territorial que desafia a lógica da exclusão e restitui ao *Self* uma posição diante do mundo.

Entre o invisível e o essencial: o sujeito que resiste

A articulação entre Psicologia Ambiental, Psicologia Analítica, Ecopsicologia e Psicologia Social Crítica permite compreender que a experiência nas cidades-dormitório não se limita à precariedade material ou à ausência de infraestrutura. Ela produz efeitos subjetivos que atravessam identidades, vínculos e modos de existir. A fratura entre território e *Self*, expressa no Paradoxo do Habitar, evidencia que o sujeito, diante de um território que pouco oferece como continente de pertencimento, precisa mobilizar recursos internos, comunitários e simbólicos para sustentar formas possíveis de habitar.

É nesse intervalo entre sobrevivência e desejo de pertencimento que emerge a Subjetivação Resistente, constituída por microterritórios, práticas de cuidado e gestos mínimos de presença. Tais práticas não eliminam as desigualdades que estruturam o território, mas revelam modos cotidianos de produzir sentido, vínculo e reconhecimento onde a cidade frequentemente oferece apenas função.

Desse modo, o presente ensaio propõe que a análise das cidades-dormitório ultrapasse a descrição das desigualdades urbanas para considerar seus efeitos subjetivos e psicossociais. Ao introduzir os conceitos de Paradoxo do Habitar e Subjetivação Resistente, busca-se contribuir para a compreensão das relações entre território, desigualdade e subjetividade, recolocando o sujeito no centro da reflexão sobre os modos contemporâneos de habitar.

Considerações finais

As reflexões desenvolvidas neste ensaio evidenciam que as cidades-dormitório são territórios onde a vida se mantém, mas nem sempre encontra condições para florescer; espaços nos quais se mora, mas não necessariamente se habita. A articulação entre Psicologia Ambiental, Psicologia Analítica, Ecopsicologia e Psicologia Social Crítica permitiu compreender que a precariedade urbana não produz apenas carências materiais, mas também efeitos subjetivos relacionados ao pertencimento, ao reconhecimento e à constituição de vínculos com o território.

Nesse contexto, o conceito de Paradoxo do Habitar foi proposto para nomear a tensão vivida por sujeitos que possuem um lugar para morar, mas encontram obstáculos materiais e simbólicos para constituí-lo como território existencial. Já a noção de Subjetivação Resistente permitiu compreender os processos pelos quais esses sujeitos produzem sentidos, vínculos e formas de pertencimento mesmo em contextos marcados pela exclusão e pelo desenraizamento.

Contudo, reconhecer a potência dessas formas de resistência não significa romantizá-las. Seus alcances são limitados e não substituem a responsabilidade coletiva pela construção de territórios capazes de acolher, sustentar e reconhecer seus habitantes. Quando o sujeito precisa sustentar quase sozinho aquilo que deveria ser compartilhado e garantido socialmente, a resistência tende a converter-se em sobrecarga psíquica, social e política.

Desse modo, este ensaio buscou contribuir para a compreensão das relações entre território, desigualdade e subjetividade, recolocando o sujeito no centro da reflexão sobre os modos contemporâneos de habitar. A Psicologia, nesse horizonte, é convocada a compreender a cidade não apenas como estrutura física, mas como espaço de produção de sentidos, pertencimentos e formas de existência. O pertencimento, portanto, não é um luxo simbólico, mas uma dimensão fundamental da existência humana. Quando o território falha materialmente, essa falha reverbera também no plano simbólico; ainda assim, mesmo diante do apagamento, persistem gestos cotidianos que afirmam a vida e mantêm aberta a possibilidade de habitar.

Referências

- Caldeira, T. P. R. (2000). *Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Brasil: Edusp.
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo, Brasil: Selo Negro.
- Das, V. (2020). *Vida e palavras: Violência e descida ao ordinário*. São Paulo, Brasil: Edusp.
- Goffman, E. (2009). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- Jung, C. G. (2012). *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro, Brasil: Nova Fronteira.
- Lane, S. T. M. (1981). *O que é psicologia social*. São Paulo, Brasil: Brasiliense.
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo, Brasil: Centauro.
- Lewin, K. (2024). *Teoria do campo nas ciências sociais*. São Paulo, Brasil: Convivium Editorial.
- Maricato, E. (2015). *Para entender a crise urbana*. São Paulo, Brasil: Expressão Popular.
- Moser, G. (1998). *Psicologia ambiental*. São Paulo, Brasil: Loyola.
- Moser, G. & Cornu, C. (2016). *Psicologia ambiental* (2ª ed.). São Paulo, Brasil: Loyola.
- Pinheiro, J. Q. (1997). *Psicologia ambiental: Estudos da perspectiva brasileira*. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Rolnik, R. (2015). *Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo, Brasil: Boitempo.
- Roszak, T. (2001). *A voz da Terra: uma exploração da ecopsicologia*. São Paulo, Brasil: Gaia.
- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Brasil: Edusp.
- Sawaia, B. B. (Org.). (1999). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Telles, V. da S. (2004). *A experiência urbana e o jogo social*. São Paulo, Brasil: Edusp.
- Tuan, Y. F. (1983). *Espaço e lugar: A perspectiva da experiência*. São Paulo, Brasil: DIFEL.

Contribuição dos Autores

Conceitualização: M.S.E.

Redação do manuscrito: M.S.E.

Análise dos dados: M.S.E.

Revisão e edição: M.S.E.

Submetido em: 03/03/2026

Aceito em: 15/07/2026

Como citar:

Espina, M. S. Entre sobreviver e habitar: subjetividade e pertencimento em cidades-dormitório — reflexões psicológicas sobre exclusão, território e processos de subjetivação. *Rev Polis e Psique*. 2026, 16: e026028.

Financiamento:

Não houve financiamento.